

A liberdade e o trabalho no pós-abolição: memórias de populações negras do
Recôncavo Sul da Bahia

Edinelia Maria Oliveira Souza*

Resumo: A partir de diálogos preliminares com as fontes (orais, impressas em periódicos e uma publicação memorialista) este trabalho busca evidenciar memórias e experiências do pós-abolição no recôncavo sul baiano. O texto propõe uma reflexão sobre as estratégias de sobrevivência inventadas e/ou re-inventadas por ex-escravos e seus descendentes, onde arranjos, lealdades e subalternidades marcaram a luta contínua por trabalho, liberdade e cidadania durante Primeira República.

Palavras - chave: memórias, trabalho, pós-abolição.

Abstract: Starting from preliminary dialogues with the sources (orals, printed in newspapers and a publication memorialists) this work search to evidence memoirs and experiences of the powder-abolition in the from Bahia south recôncavo. The text proposes a reflection on the survival strategies invented and/or re-invented by former-slaves and your descendants, where arrangements, loyalties and subordinations marked the continuous fight for work, freedom and citizenship during First Republic.

Key-words: memoirs, work, powder-abolition.

Este texto é resultado de diálogos preliminares com as fontes (orais, impressas em periódicos e uma publicação memorialista local) sobre as primeiras décadas do pós-abolição no Recôncavo Sul da Bahia. Tem por objetivo compreender como egressos da escravidão e seus descendentes constituíram suas experiências de vida, luta e trabalho nessa localidade, buscando garantir condições de cidadania no contexto de implementação e consolidação do Estado republicano brasileiro.

Portanto, duas dimensões de reflexão são fundamentais: a primeira que procura perceber como os rastros de memória sinalizam as experiências da escravidão e da liberdade na localidade do recôncavo sul baiano; e a segunda que busca identificar como as populações negras egressas da escravidão construíram e reinventaram relações de trabalho e práticas de luta pela cidadania nessa área, que, ao que tudo indica, não se constituiu a partir de grandes propriedades rurais, o que pode ser observado no fato de não haver grande número de escravos, sobretudo no final do século XIX, quando o seu povoamento se acentuou.

* Colegiado de História do DCH – Campus V da Universidade do Estado da Bahia; Doutoranda em História Social pela UFRJ.

Mantendo fortes vínculos com a economia açucareira, o recôncavo sul caracterizou-se fundamentalmente pela cultura do fumo, do café e dos produtos de subsistência.¹ O cultivo de mandioca, milho e amendoim, articulado com a produção de cana-de-açúcar, fumo e café fez desta uma tradicional área de policultura, onde se concentrou uma quantidade significativa de populações negras nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição.

Meeiro, rendeiro, “alugado”, vendeiro, tropeiro foram algumas das principais funções ocupadas pelos ex-escravos e seus descendentes na tentativa de garantir moradia e sobrevivência em propriedades rurais, às quais, na maioria das vezes, pertenciam a ex-senhores de terras e escravos. Em meio às tensões e negociações que caracterizaram as relações sociais do pós-abolição, a alternativa de permanecer no trabalho rural, em muitos casos, na própria fazenda de seu ex-senhor, tornou-se inevitável tanto para os ex-escravos como para os ex-senhores, já que além de garantir a continuidade das atividades nas fazendas, possibilitava aos novos sujeitos livres driblar as dificuldades de inserção em outros espaços de trabalho bem como a ausência de uma política de integração destes no Estado republicano que se constituía.

É fato que em um primeiro momento a liberdade possibilitou aos negros o afastamento do lugar da memória do cativo, porém poucos foram aqueles que conseguiram se colocar em novos espaços, como “um pedaço de terra próprio”, ou a ocupação de um “ofício” nas vilas e cidades. Portanto, significativas parcelas deles voltaram às fazendas e refizeram relações de trabalho, experiências de vida e de luta pela cidadania.² Certamente o fato de o Recôncavo sul ter seu povoamento ligado à existência de médias propriedades senhoriais, favoreceu os laços de dependência e as práticas de sociabilidades desenvolvidas entre sitiantes, lavradores, meeiros, rendeiros, roceiros e tropeiros nas primeiras décadas da República.³

¹ Segundo Schwartz (1988) “essa área nunca chegou a ser grande produtora de açúcar, e especializou-se principalmente no cultivo de mandioca e no fornecimento de lenha e madeira para Salvador e às demais áreas do Recôncavo”. Afirma ainda que “os solos mais arenosos e situados em terrenos mais elevados de Cachoeira, no rio Paraguaçu, tornaram-se o centro de subsistência”. Barickman (2001) afirma que desde o período colonial a prática da agricultura de subsistência, no Recôncavo baiano, fora incluída nos próprios domínios da grande lavoura, com o emprego da mão de obra escrava que tratava da lavoura principal, onde, muitas vezes, os escravos recebiam um dia da semana para tratarem de suas roças.

² Fraga Filho (2007) ao examinar a abolição e seus desdobramentos no Recôncavo Baiano reconhece que os embates dos últimos momentos da escravidão marcaram tensões e projetos de liberdade e que para muitos ex-escravos a permanência nas antigas propriedades poderia se configurar em possibilidades de conservar e até mesmo ampliar certas conquistas alcançadas no período do cativo.

³ Sobre essa área do Recôncavo no século XIX Barickman (2003) afirma que “Nas fazendas e sítios de fumo de Cachoeira, os escravos, geralmente em grupos menores, preparavam cuidadosamente as sementeiras. Nas roças de mandioca do sul do Recôncavo, o número de escravos muitas vezes não passava de um ou dois; lado a lado com seus

O relato de Seu Argeu, com idade “perto de noventa anos”, ex-escravo entrevistado pelo jornal Escudo Social de São Felipe em 1933, sugere uma possível estratégia do senhor para tentar manter os ex-escravos ligados ao engenho, depois do 13 de maio. Segundo ele, “Seu Mata Pinto (seu senhor) *ajuntou* tudo, uns cem, para um samba, mandou abrir vinho, cachaça, melação com tapioca bestou, e de madrugada *diche* que tudo *tava* livre. Foi o diacho, a gente já sabia e fuguete *pipocou* à noite toda.” Mas, a estratégia não teria funcionado, pois “no outro dia não tinha ninguém mais no terreiro”. As memórias de Seu Argeu sinalizam a importância daquele dia para os seus iguais, apontando para a necessidade de sair daquele espaço de vivências e lembranças que procuravam esquecer, distanciar-se, embora talvez não por muito tempo. Ele foi parar em outro engenho, o do Major Medrado, onde continuou no trabalho da moenda, mas “ninguém me bate, vochê brinca comigo, Iaiá me dá dinheiro pra o pito, seu capitão brinca também comigo. Só não trabaio nas chuvas.”⁴

Em 1908, o jornal Palladio da cidade de Santo Antonio de Jesus publicava uma pequena matéria que dizia “em comemoração à data de 13 de maio, um grupo de pessoas a quem a Lei Áurea beneficiou, mandou celebrar, nesse dia uma missa incensada, na Matriz desta cidade”.⁵ Aqui, pode-se perceber uma forte presença dos ex-escravos em um evento que certamente reuniu tanto aqueles que viviam nas fazendas como os que viviam na cidade, uma vez que Santo Antonio de Jesus constituía-se como uma contigüidade entre o rural e o urbano, sendo rodeada por antigas propriedades senhoriais.

Isaías Alves, memorialista e descendente de uma das mais tradicionais famílias senhoriais do município de Santo Antonio de Jesus, ao registrar histórias de vida de escravos e ex-escravos no Recôncavo sul baiano na década de 1960, indica que muitos não se desligaram das fazendas e engenhos. Foi o caso do escravo Januário “que nunca deixa o seu ex-senhor, que lhe arranjou uma choupana, em que se casou com Geralda, escrava de Misael Lopes, muito mais clara e formosa mulata.” E ainda, no engenho Sapucaia “alguns ficaram amigos até morrer, como Sabino Teiú, tirador de leite e carregador de lenha, que era um rato de estrada... conservou-se até o primeiro quartel do século XX como serviçal dedicado, sobretudo para viagens rápidas, a pé, vencendo os que cavalgavam” (ALVES, 1967:75). Ao que tudo indica, Januário e Sabino Teiú,

senhores, faziam os montinhos de terra, conhecidos como covas, onde esperavam ver as manivas criarem raízes e trabalhar o solo”.

⁴ Jornal Semanário Escudo Social de 14 de outubro de 1933. Arquivo Público de São Felipe.

⁵ Jornal Palladio de 16 de maio de 1908. Arquivo Público de Santo Antonio de Jesus.

utilizaram-se da experiência de subalternidade e lealdade vividas no cativeiro, e no exercício da liberdade negociaram com seus antigos senhores a permanência na fazenda em troca de melhores condições de sobrevivência, como um espaço para morar separado das instalações da antiga casa grande.

Em outra passagem dos seus escritos Isaías Alves comenta que

“O velho Inácio Tosta, aconselhava a alforria, e ao mesmo tempo que se pedisse aos escravos ficar no trabalho como assalariados. O velho Francisco Felix conservou vários. Na manhã, depois da notícia, apareceu um com a cabeça amarrada, outro avisava que estava doente e, perguntando porque os outros não foram trabalhar, respondeu que já estavam forros. O velho de tudo estava informado, não se mostrou aborrecido, mas triste e pensativo. Um homem de 62 anos bem vividos, tomaria novos métodos, numa forma social de todo diferente.” (ALVES, 1967:54)

Esses indícios sugerem que o uso da barganha, os arranjos e as concessões configuraram-se como elementos estratégicos de negociação entre os trabalhadores e os fazendeiros no período que sucedeu a abolição. São situações que sinalizam a existência de uma consciência da condição de trabalhadores livres, exercida por ex-escravos que estavam dispostos a enfrentar as tentativas de manutenção de relações escravistas, ainda muito defendidas pelos ex-senhores. Nesse sentido, as atitudes dos trabalhadores podem denotar um enfrentamento cotidiano, ainda que imerso em relações paternalistas, tendo em vista que afinal, essas relações também garantiram algumas conquistas durante o tempo da escravidão.

Em vista disso, questiona-se a perspectiva de “atraso”, “subordinação” e “ignorância” que tentou caracterizar esses sujeitos durante longo período do século XX. Parece-me um exemplo significativo a fala da ex-escrava Benvinda, que aparece nas memórias de Isaías Alves como moradora da fazenda de sua família e que em conversa com ele, teria dito: “Aí.. agora a gente não acha um tostão para comprar açúcar muitos dias ... Finado Sampaio mandava cachaça...matava boi p’ra nêgo comê (...) A gente tá é morrendo de fome...com a carne no preço qui está...sem dinheiro p’ra comprá” (ALVES, 1967:49). Ao queixar-se da situação econômica vivida no pós-abolição, Benvinda aponta para uma compreensão clara da sua condição de vida e se refere ao antigo senhor do tempo da escravidão como um homem generoso com os seus escravos. Mas, para além da evidência à generosidade do ex-senhor, o que pode estar em jogo é o fato de que naquele momento seu interlocutor era um dos descendentes da antiga família senhorial, e isso

pode ter dado o tom da conversa amigável na qual Benvinda estrategicamente chama atenção para atitudes paternalistas do seu ex-senhor, no sentido de que, ao comparar as situações, além de lamentar-se talvez pudesse tirar algum proveito material daquela conversa.

Em outro sentido, dona Vicência, uma negra muito forte de 84 anos que vive com filhos e netos em um pequeno sítio na zona rural do município de Dom Macedo Costa, quando questionada sobre a relação de sua família com o cativo, em entrevista realizada em 1987 afirmou que “mainha mais paizinho falava muito desse negócio de escravo... botava aqueles povo, aqueles menino tudo pequeno naqueles trabalho medonho”. Na sequência da entrevista, a partir da insistência no tema, ela relata “que o pai dele falava muito dos... desse negócio de escravo, de... o pai contava, mas a gente... mas a gente vá que mande outra vez! mas muitas coisas a gente ficava testando com aquele cuidado, com aquele medo.”⁶

Como se pode perceber as lembranças de d. Vicência sobre a ligação de seus familiares com o cativo são muito recortadas e reticentes. Porém, é possível inferir que até a geração de seus pais a memória da escravidão teria sido preservada com mais força através da tradição oral. Sua narrativa sugere ainda que ela, juntamente com seus irmãos temiam a volta da escravidão e, portanto preferiram esquecer as histórias que seus pais contavam. Com uma narrativa marcada pelo riso afirma ainda que “muita coisa a gente dizia: ô mainha aquilo foi naquele tempo, né nós não... e passava e facilitava a vida”. A necessidade de reforçar a condição de liberdade e se distanciar do tempo do cativo é acentuada nas palavras de d. Vicência, que mais se interessava em “facilitar a vida”, defender a sobrevivência cotidiana e esquecer um passado doloroso, que certamente marcou a trajetória de vida de seus ascendentes, sobretudo de sua avó materna, a quem ela se refere da seguinte maneira:

“Minha avó era da costa e catingueira... é uma família de gente, por que tem, tem, tem cigano, tem mineiro, tem de todo jeito né? E tem povo da costa... e o povo da costa é esse povo do centro, lá do centro dos inhame, do cacau brabo, aí agora foi apareceu, aí a gente foi crescendo a família e foi chegando pra perto e tamo por aqui mesmo, é povo da costa, é mineiro, é tudo misturado, ninguém sabe quem é quem”.⁷

⁶ Vicência de Jesus Souza. Entrevista realizada em 1987 para o Projeto Memórias e Tradições – Viveres de trabalhadores rurais do município de Dom Macedo Costa/Ba.

⁷ Idem.

Os vestígios de memórias de d. Vicência nos levam a acreditar numa possível ligação da sua avó com a costa da África, de onde veio grande leva de negros para o trabalho escravo aqui no Brasil. Mas, ao afirmar que hoje “ninguém sabe quem é quem” sinaliza a existência de um imbricamento de elementos culturais na sua trajetória e, certamente, na de tantos outros descendentes de escravos no recôncavo, o que contribuiu para uma formação identitária híbrida, embora não esconda as fronteiras étnico-sociais que caracterizam as populações que ali habitam.

Além da inserção dos novos cidadãos livres nas fazendas do Recôncavo como rendeiros, meeiros, tropeiros, etc., alguns outros se inseriram em relações de trabalho assalariado nas fábricas de charutos, usinas de açúcar, na construção de ferrovias ou no comércio local.

Aqui e ali, nos tempos que se seguiram à abolição os trabalhadores foram re-inventando a liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem sobrevivência e cidadania no Recôncavo baiano. Sem perder de vista as relações com contextos mais amplos, a redução da escala de análise, aqui evidenciada pela área denominada recôncavo sul da Bahia, permite avançar no debate sobre os egressos da escravidão no Brasil.

As vivências do pós-abolição, imbricadas no contexto de um Estado republicano em formação, cujas instituições apresentavam-se de modo bastante flexível em seus princípios normativos, são repensadas aqui a partir da capacidade e da maneira como indivíduos e grupos agiam autonomamente na sociedade. Neste contexto, as reciprocidades, os conflitos, as disputas, trocas e negociações entre ex-escravos, seus descendentes, os fazendeiros e o Estado constituíram-se em uma dinâmica de estratégia de poder e controle social protagonizada pela ação direta dos sujeitos. Assim, cada qual procurou obter vantagens, formulando seus projetos e interpretando o mundo a partir de seus próprios códigos culturais sem que isso impedisse a existência de alianças, solidariedades horizontais e até mesmo afetividades verticais.

Em permanentes negociações e tensões com os patrões, como também, em alguns casos, com a justiça, os ex-escravos e seus descendentes articularam vivências do passado com elementos do presente, de forma que pudessem preservar valores, comportamentos, atitudes, traços de relações de poder que garantissem dignidade e sobrevivência em meio às adversidades vividas na conjuntura de implementação e consolidação do Estado republicano.

Referências

- ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro: Reper Editora e Publicidade, 1967.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano – açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) *Recôncavo da Bahia, sociedade e economia em transição*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado: ALB; UFBA, 1998.
- BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870-1888*. Salvador: CEB, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Dados*, nº 2, 1997.
- _____. *Pontos e Bordados – Escritos de história política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, P. 97.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COOPER, Frederick & OUTROS. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CUNHA, Joaci de Souza. *Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. FFCH/UFBA. Salvador, 1995.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- GUINZBURG, Carlo *et al.* *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”. *Projeto História 16*. PUC/São Paulo, fevereiro de 1998.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOSO, Kátia Maria Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- _____. *Bahia, Século XIX – Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na Justiça*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis. “Escravidão Negra em Debate.” In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2003.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. (Org.) *A escravidão e a invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escala. A Experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RIOS, Ana Lugão. “Não se esquece um elefante: notas sobre os últimos africanos e a memória d’África no Vale do Paraíba”. In: FRAGOSO, João et al (orgs.) *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufs; Lisboa: IICT, 2006.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. Cia das Letras, 1988.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA. Salvador, 2000.
- SOUZA, Edinélia Mª Oliveira. “Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa/Ba (1930-1960)”, *Projeto História*, nº 18. PUC/São Paulo, maio 1999.